



## **A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL: UM DEBATE NO GRUPO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA**

**Fabiana Bardela Lopes**  
fabibardela@yahoo.com.br<sup>1</sup>

**Marcos Z. Farhat Jr.**  
marquinhos1717@gmail.com

**Wellington D. Strabello**  
wellingtonstrabello@yahoo.com.br

### **Resumo**

*O Grupo de Estudos (GE) de Geografia e História da Rede Municipal de Ensino de Campinas (RMEC) é formado por professores de Geografia e História que atuam em sala de aula e reúnem-se semanalmente com o objetivo de discutir temas relevantes à sua prática educativa. Um dos temas escolhidos para o ano de 2018 foi a questão da terra no Brasil, tendo como objetivo aprofundar o debate sobre a questão da reforma agrária no Brasil, a atuação do MST e os assentamentos agroecológicos como possibilidade de uma agricultura mais sustentável, econômica e socialmente. A partir da escolha do tema, o grupo, democraticamente, foi definindo as ações para cada encontro. Entre as ações escolhidas, estão a realização de um trabalho de campo pelos professores, que consistiu em uma visita ao acampamento “Marielle Vive”, localizado no município de Valinhos. O acampamento é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O propósito desta atividade foi conhecer de perto a situação vivida por quem luta pela terra no Brasil, saindo somente do campo teórico. Outra atividade realizada foi a participação no lançamento do Projeto de Agroecologia do Circuito das Frutas, em Valinhos. Também contamos com a presença, em uma de nossas reuniões semanais, de uma liderança da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), entidade que atua especialmente na formação, acompanhamento e apoio a cooperativas autossustentáveis em diversos segmentos, sendo um deles o agroecológico. Por fim, diversas leituras de textos teóricos foram realizadas pelo grupo. Como resultados das atividades, esperamos que os professores possam ter mais conhecimentos sobre a questão da terra no Brasil para que possam trabalhar o tema com os alunos com mais profundidade e pertinência, tendo como base central o olhar das pessoas que participam diretamente dos movimentos.*

**Palavras-chave:** Grupo de Estudos de Geografia e História, Agroecologia, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

---

<sup>1</sup>Professores da Rede Municipal de Ensino de Campinas (RMEC) e participantes do Grupo de Estudos de Geografia e História.



## **Introdução**

A Rede Municipal de Ensino de Campinas (RMEC) conta com a existência de grupos de estudo por componente curricular, formados por professores que atuam em sala de aula. Estes grupos surgiram de forma autônoma no decorrer dos anos oitenta, pela iniciativa de professores que desejavam refletir sobre seu trabalho. De acordo com Budin (2014), os grupos foram formalizados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) por meio da portaria 1150, de 03 de fevereiro de 1990, passando a integrar a estrutura de formação continuada da rede. Com a criação do Estatuto do Magistério em 1991, a formação continuada ganhou um novo status e passou a ser remunerada, estimulando uma maior participação dos professores.

O Grupo de Estudos de Geografia e História se insere neste contexto de formação continuada, no qual os próprios professores são formadores de seus pares. As reuniões acontecem semanalmente no Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional (CEFORTEPE) Prof. Milton de Almeida Santos, no bairro Cambuí, em Campinas-SP.

Nos encontros, os professores definem os temas que serão objeto de estudo, compartilham algumas de suas práticas cotidianas acerca dos temas propostos e, a partir de análises mais aprofundadas, elaboram novas metodologias, abordagens e práticas de ensino.

Este artigo tem como objetivo trazer parte das experiências deste grupo no ano de 2018, apresentando uma das ações realizadas, que é o estudo e desenvolvimento dos temas: questão fundiária no Brasil, movimentos sociais de luta pela terra e agroecologia. Consideramos que estes são temas importantes quando os professores se comprometem com a formação de alunos conscientes e críticos acerca da realidade brasileira. Para tanto, foram discutidas e definidas as ações que seriam realizadas, em um processo democrático de escolha das atividades, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos do grupo.

Dentre as metodologias adotadas pelo grupo para o desenvolvimento deste trabalho, podemos destacar: o estudo de artigos sobre a agroecologia como movimento social e ambientalmente sustentável na luta pela reforma agrária, a visita a um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de Valinhos, a participação em eventos e feiras de agroecologia e a parceria com palestrantes sobre o tema. Na sequência, trataremos nossa compreensão sobre a questão fundiária no Brasil e onde se



insere a agroecologia, bem como uma breve descrição das atividades realizadas até o momento pelo grupo.

### **A questão fundiária no Brasil e a agroecologia**

A questão agrária é tema de debates no mundo todo, visto que o avanço nas técnicas de produção que permitiram o cultivo de alimentos e biocombustíveis em grande escala no mundo possui consequências dramáticas para o planeta (tanto sociais quanto ambientais).

A crescente pressão em favor da agricultura industrial e da globalização, com ênfase nos cultivos de exportação, mais recentemente os cultivos transgênicos, e a rápida expansão dos agrocombustíveis (cana-de-açúcar, milho, soja, palma, eucalipto etc.), cada vez mais transformam a agricultura do mundo e o fornecimento de alimentos com impactos e riscos econômicos, sociais e ecológicos potencialmente severos. (ALTIERI, 2010, p. 23)

Entre os problemas, Altieri (2010) aponta os impactos negativos à saúde pública, à integridade ecossistêmica, à qualidade dos alimentos e, em muitos casos, transtornos dos sustentos rurais tradicionais, seja com a expulsão do trabalhador rural da terra, seja com seu endividamento pela necessidade da compra de sementes e defensivos agrícolas.

O Brasil está entre os países que organiza boa parte de sua produção agrícola no modelo de agroexportação, em latifúndios dominados por grandes empresas que fazem uso do pacote tecnológico formado por sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e agrotóxicos. Esse modelo, como se sabe, gerou no país enormes problemas sociais, ao expulsar o trabalhador rural tradicional do campo ou torná-lo dependente do pacote tecnológico, bem como problemas ambientais, tais como o empobrecimento do solo, a erosão, a degradação dos ecossistemas e falta de água.

Além do desmatamento e do deslocamento de terras destinadas ao cultivo de alimentos em função da expansão dos agrocombustíveis, o uso massivo de transgênicos e de insumos agroquímicos, principalmente fertilizantes e herbicidas, impõem graves problemas ambientais. (ALTIERI, 2012, p. 81)

Associada a essa questão está a histórica má distribuição de terras no Brasil e a consequente existência de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que luta pela reforma agrária.

Diante deste contexto, cresce no mundo e no Brasil a ideia de soberania alimentar e sistemas de produção baseados na agroecologia.



De acordo com Altieri (2010), apesar da força das grandes empresas no campo, ainda se encontram muitas explorações tradicionais nas paisagens rurais. Além disso, aponta que:

A produtividade e sustentabilidade de tais agroecossistemas podem ser otimizadas com métodos agroecológicos e, desta maneira, podem formar a base da soberania alimentar, definida como o direito de cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente. O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor. (ALTIERI, 2010, p. 24)

Conhecer de fato a realidade do campo brasileiro, bem como as opções possíveis, como a agroecologia, faz parte do estudo realizado este ano no grupo.

### **As atividades realizadas**

A primeira atividade realizada pelo grupo foi a visita ao Acampamento “Marielle Vive” (fotos 1, 2 e 3), em Valinhos, estado de São Paulo. O acampamento é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sub-região de Campinas, e se situa em uma propriedade rural na Estrada do Jequitibá, sentido Itatiba, na altura do quilômetro 6 (seis), entre os bairros Alpinas e Chácaras São Bento, de propriedade de uma empresa do setor imobiliário denominada Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários LTDA.

No final da madrugada de 14 de abril de 2018, sábado, cerca de 350 pessoas, divididas em, aproximadamente, 25 ônibus e dezenas de automóveis individuais, ocuparam uma propriedade rural alegadamente improdutiva, lindeira à Estrada do Jequitibá, nas terras altas da Serra dos Cocais, Valinhos/SP. Inicialmente, famílias de Sumaré, Hortolândia e Campinas formaram as primeiras levas que ocuparam a propriedade improdutiva. Ao longo das semanas, famílias de outras cidades aportaram no acampamento, inclusive de Valinhos, e em razão do destaque conferido na imprensa regional.

O Acampamento “Marielle Vive”, em homenagem à vereadora do PSOL recentemente assassinada no Rio de Janeiro, faz parte de uma jornada ampla de ocupação de terras improdutivas organizada pelo MST, e que ocorre ao longo do país. Também faz parte de uma agenda de denúncia à prisão do ex-presidente Lula, considerado um preso político pela direção do movimento. Inclusive, a ocupação em Valinhos foi uma das primeiras após a prisão do ex-presidente, e ganhou bastante projeção em razão da região escolhida.



Desde o primeiro dia de ocupação, ao longo das semanas, diversas famílias foram para a área em busca de um quinhão, do sonho de uma terra própria. Até o dia 18 de maio, aproximadamente 1.000 famílias estavam acampadas na propriedade, em condições extremamente precárias, pois não existe infraestrutura básica (água, eletricidade, etc.). As famílias do Acampamento “Marielle Vive” têm contado com doações de alimentos, água, roupas, cobertores, utensílios domésticos, produtos de higiene pessoal, cadernos e livros, brinquedos, entre outros. Diversas entidades da região, associações, igrejas, sindicatos, entre outros, prestaram solidariedade aos acampados.

É particularmente assustadora a quantidade de casais idosos no acampamento, com idades superiores a 70 anos. Muitos deles trabalhavam em fazendas da região, alguns, em regime de colonato, e, ao envelhecerem, foram demitidos, não tendo capital suficiente para adquirir um imóvel próprio.

Uma das pautas denunciadas pelo MST é a especulação imobiliária na região conhecida como Serra dos Cocais. A propriedade ocupada faz parte de um *pool* de áreas que estão sob o controle de empresas do setor imobiliário. Estas empresas – a maioria de Valinhos – têm feito *lobby* junto ao poder público local objetivando a alteração do zoneamento daquela região, de rural para urbano, com vistas à execução de um grande projeto imobiliário, denominado Região dos Lagos, já protocolado na prefeitura de Valinhos, consistindo na construção de 27 condomínios horizontais, totalizando aproximadamente 5.000 unidades residenciais.

A ocupação suscitou esse debate na cidade, pois grande parte da população valinhense se diz contrária à realização dos condomínios na região.

O ponto central desse debate é a água. O MST defende a realização de um projeto de reforma agrária baseado em um sistema agroecológico de produção, como forma de recuperar os solos bastante degradados ao longo de décadas, a vegetação nativa e favorecer a infiltração de água no subsolo, comportando as inúmeras famílias de diversas cidades da região, formando um cinturão verde e produtor de alimentos saudáveis na Região Metropolitana de Campinas (RMC).

As famílias que constroem o acampamento “Marielle, Vive!” são, principalmente, das cidades de Limeira, Valinhos, Americana, Sumaré, Hortolândia e da periferia de Campinas. Elas reivindicam que as terras da fazenda ocupada, chamada de El Dourado sejam destinadas à reforma



agrária para que possam construir suas moradias e produzir alimentos saudáveis com técnicas da agroecologia. (MST, 2018)

Também está atrelado a este modelo a não utilização de agrotóxicos, dentro de uma proposta de produção de alimentos orgânicos, alinhado com a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA, 2018), projeto que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, aguardando, neste momento, pareceres das comissões internas do poder legislativo nacional para o seu andamento.

O PNARA prevê a redução de uma série de agrotóxicos no campo brasileiro, muitos já proibidos nos Estados Unidos e na União Europeia, e se coloca na contramão do Projeto de Lei 6.299/2002, conhecido como ‘PL do Veneno’. Referido projeto foi apresentado em 2002, pelo então senador e atual Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, um dos maiores sojicultores do mundo. Se o PL do Veneno se tornar a nova lei de agrotóxicos no Brasil, inúmeras substâncias, proibidas na União Europeia, terão o seu uso liberado e/ou ampliado no país. Conforme defende a geógrafa e pesquisadora Larissa Mies Bombardi, do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (USP), em recente entrevista à BBC Brasil:

Para se ter uma ideia, eles (os europeus) acabaram de proibir o uso de inseticidas chamados de neonicotinoides, que são dos mais vendidos no mundo, por que pesquisas mostravam uma relação entre eles e a mortandade de abelhas. Aqui, essas substâncias ainda são usadas. E agora, com o novo projeto de lei, ainda vamos ampliar o leque de agrotóxicos disponíveis no mercado. (BBC News Brasil, 2018)

### Foto 1: Vista aérea do acampamento “Marielle Vive!”



Fonte: MST (2018)

**Foto 2: Integrantes do Grupo de Estudos de Geografia e História no Acampamento  
“Marielle Vive!”**



Fonte: Grupo de Estudos de Geografia e História da SME-Campinas (2018)

**Foto 3: Acampamento “Marielle Vive!”**



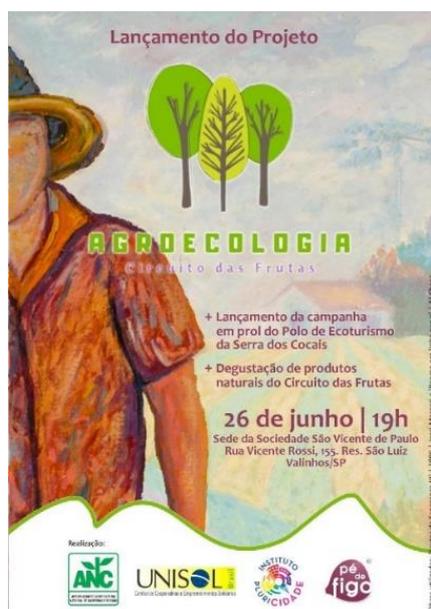
Fonte: Grupo de Estudos de Geografia e História da SME-Campinas (2018)

Outra importante atividade realizada pelo grupo a respeito do tema foi a participação no lançamento do projeto “Agroecologia no Circuito das Frutas” (fotos 4 e 5) no qual foi debatida, entre outras questões, a importância da preservação da Serra dos Cocais para a manutenção do ecossistema. A forma pela qual se espera preservar a área é pela ocupação



sustentável, baseada na agroecologia. Como se pode perceber, o acampamento e o lançamento do projeto estão interligados, visto que, se o acampamento obtiver sucesso e conseguir o assentamento das famílias, deverá seguir os moldes da agroecologia e não do agronegócio. Neste evento, também pudemos ter contato direto com produtores locais da região da Serra dos Cocais, em Valinhos e Campinas, que já atuam na agricultura orgânica e no turismo ecológico.

**Foto 4: Folder de Lançamento do Projeto de Agroecologia no Circuito das Frutas**



Fonte: UNISOL (2018)

**Foto 5: Lançamento do Projeto de Agroecologia no Circuito das Frutas**



Fonte: Grupo de Estudos de Geografia e História da SME-Campinas (2018)



Tanto na visita ao acampamento quanto no lançamento do projeto de agroecologia foi possível conversar com lideranças que puderam nos esclarecer em detalhes sua posição com relação à questão do acesso à terra no Brasil e as lutas sociais envolvidas. Uma dessas lideranças, o cientista social Leonardo Pinho, presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), esteve presente em nosso grupo em uma de nossas reuniões. A UNISOL se autodefine como uma associação civil nacional com fins não econômicos e de natureza democrática, que busca a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas, a eficiência econômica e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira com base nos valores da democracia e justiça social (UNISOL, 2018).

Sendo assim, seu presidente, além de acompanhar os cooperados pelo Brasil, também tem o compromisso de divulgar suas ações e realizar novas parcerias. Em nosso grupo, ele realizou uma palestra e posterior roda de debate, nos possibilitando aprofundar o tema da questão da reforma agrária no Brasil, a atuação do MST e os assentamentos agroecológicos como possibilidade de uma agricultura mais sustentável, econômica e socialmente. Também nos apresentou a imensa quantidade de espaços no Brasil que já atuam neste modelo, nos fazendo perceber que o modelo sustentável tem condições de ser implantado e merece ser divulgado.

Além destas atividades práticas, o grupo tem realizado leituras e discussões a respeito do tema, sempre tendo em vista a possibilidade de aplicação do mesmo em sala de aula.

### **Considerações finais**

As atividades realizadas tiveram como objetivo aprofundar os conhecimentos dos professores de Geografia e História acerca da questão da terra no Brasil e a viabilidade de uma agricultura mais sustentável. Consideramos que este objetivo foi atingido, visto que não só os conhecimentos teóricos sobre agroecologia e reforma agrária foram aprofundados, mas também, e principalmente, a questão prática, a partir do contato direto com as pessoas envolvidas em movimentos sociais e produção agroecológica.

A oportunidade de visita ao acampamento do MST se mostrou ímpar, uma vez que pudemos conhecer toda a área onde estão acampadas cerca de mil famílias, as lideranças do movimento, além de receber informações de como o movimento se organiza e acolhe as dezenas de famílias que chegam diariamente. Também nos foi esclarecido sobre os trâmites do processo de reintegração de posse que foi pedido pelos proprietários e também sobre o



pedido de desapropriação solicitado pelo MST junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de informações de como se dá o assentamento das famílias, a delimitação das glebas de acordo com as características pedológicas, climáticas e hidrográficas da área e como as famílias são capacitadas para começarem a produzir. Tudo isso é conhecimento adquirido na prática e que será repassado em sala de aula.

As palestras e debates nos forneceram mais exemplos práticos de atividades de agroecologia que já existem e subsídios teóricos para estudo.

Como resultados das atividades, acreditamos que nós, professores, adquirimos mais conhecimentos sobre a questão da terra no Brasil e poderemos trabalhar o tema com os alunos com mais profundidade e pertinência, tendo como base o olhar das pessoas que participam diretamente neste movimento.

### Referências bibliográficas

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, p. 22-32, jan/jun., 2010.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro, **Expressão Popular**, AS-PTA, 2012. 400 p.

BBC News Brasil. Na contramão da Europa e EUA, Brasil caminha para liberar mais agrotóxicos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44621328>>. Acesso em 05 de setembro de 2018.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei 6.299/2002. **Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1463789](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1463789)>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

BRASIL. Comissão de Legislação Participativa. Projeto de Lei 6670, de 2016. **Institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA) e dá outras providências.** Disponível

em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fic\\_hadetrmitacao?idProposicao=2120775](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fic_hadetrmitacao?idProposicao=2120775)>. Acesso em: 04 de setembro de 2018.

BUDIN, Clayton José. **Professores-formadores em grupos de formação continuada: possibilidades e limites da profissionalização do magistério**, 2014, 189f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro.

MST. Acampamento “Marielle.Vive”resiste há quase um mês em Valinhos (SP). Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/05/10/acampamento-marielle-vive-resiste-ha-quase-um-mes-em-valinhos-sp.html>>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.

UNISOL. Quem somos. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 30 de junho de 2018.